



IPASSP-SM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA MARIA
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS
MUNICIPAIS DE SANTA MARIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026/IPASSP-SM

(01/2026 Compras.gov.br)

IPASSP-SM (UASG: 926887)

OBJETO:

CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÃO INTEGRADA DE TIC, EM LOTE ÚNICO, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DE CONECTIVIDADE (INTERNET), SEGURANÇA DE REDE (FIREWALL), SERVIÇO DE VOZ (TELEFONIA IP) E SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE CENTRAL TELEFÔNICA, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:

R\$647.266,20 (SEISCENTOS E QUARENTA E SETE MIL E DUZENTOS E SESENTA E SEIS REAIS E VINTE CENTAVOS)

DATA E LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA:

Dia 29/06/2026 às 09h (horário de Brasília), no endereço eletrônico:
<https://www.gov.br/compras/pt-br>

Critério de Julgamento

MENOR PREÇO GLOBAL

Modo de disputa

ABERTO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO



IPASSP-SM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA MARIA
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS
MUNICIPAIS DE SANTA MARIA

PREGÃO ELETRÔNICO 01/2026/IPASSP-SM

PROCESSO Nº 09/2026/IPASSP-SM

O Instituto de Previdência e Assistência à Saúde dos Servidores Públicos Municipais de Santa Maria – IPASSP-SM, por meio do Pregoeiro, designado pela Portaria nº 16/2026, de 09/04/2026, torna público, para conhecimento dos interessados, que na data, horário e local, acima indicados, fará licitação, na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo de MENOR PREÇO GLOBAL. O procedimento licitatório será regido nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Executivo nº 124, de 1º de dezembro de 2023, pelas demais normas específicas aplicáveis ao objeto, ainda que não citadas expressamente, e pelas demais exigências deste Edital e seus anexos.

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de Solução Integrada de TIC, em lote único, compreendendo o fornecimento de conectividade (Internet), segurança de rede (Firewall), serviço de voz (Telefonia IP) e serviço de locação de Central Telefônica, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. A contratação integrada compreende os quatro itens referidos a seguir:
 - 1.2.1. **ITEM 1:** Link de acesso dedicado à internet na velocidade de 300 Mbps (trezentos megabits por segundo), banda bidirecional simétrica (full-duplex), entregue via fibra óptica, com 100% de garantia da velocidade contratada para download e upload incluindo o fornecimento de sinal Wi-Fi e respectivos equipamentos em comodato.
 - 1.2.2. **ITEM 2:** Equipamento appliance e respectivas licenças para gerenciamento da conectividade de redes e prevenção de ameaças (Gateway/Firewall NGFW).
 - 1.2.3. **ITEM 3:** Serviço de telefonia IP para a rede externa permitindo fluxo de chamadas simultâneas de saída.
 - 1.2.4. **ITEM 4:** Serviço de locação de Central Telefônica.
 - 1.2.5. A licitação será realizada em ÚNICO LOTE/GRUPO.
 - 1.2.6. A licitação será realizada em um lote/grupo, formado por QUATRO ITENS, conforme tabela constante neste Edital, não sendo facultado ao licitante a participação em apenas um item.



IPASSP-SM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA MARIA
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS
MUNICIPAIS DE SANTA MARIA

1.2.7. Não é permitida a SUBCONTRATAÇÃO do objeto.

1.2.8. Tabela com descrição dos quantitativos, conforme Termo de Referência (ANEXO I):

| LOTE | ITEM | DESCRIÇÃO | CATSER | QTD. | UNID. |
|------|------|--|--------|------|-------|
| 1 | 1 | LINK DE ACESSO DEDICADO À INTERNET NA VELOCIDADE DE 300 MBPS (TREZENTOS MEGABITS POR SEGUNDO), BANDA BIDIRECIONAL SIMÉTRICA (FULL-DUPLEX), ENTREGUE VIA FIBRA ÓPTICA, COM 100% DE GARANTIA DA VELOCIDADE CONTRATADA PARA DOWNLOAD E UPLOAD INCLUINDO O FORNECIMENTO DE SINAL WI-FI E RESPECTIVOS EQUIPAMENTOS EM COMODATO. | 26484 | 60 | S/M |
| | 2 | EQUIPAMENTO APPLIANCE E RESPECTIVAS LICENÇAS PARA GERENCIAMENTO DA CONECTIVIDADE DE REDES E PREVENÇÃO DE AMEAÇAS (GATEWAY/FIREWALL (NGFW). | 618979 | 60 | S/M |
| | 3 | SERVIÇO DE TELEFONIA IP PARA A REDE EXTERNA PERMITINDO FLUXO DE CHAMADAS SIMULTÂNEAS DE SAÍDA. | 301777 | 60 | S/M |
| | 4 | SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE CENTRAL TELEFÔNICA. | 18627 | 60 | S/M |

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. A licitante responsabilizar-se-à exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.



- 2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.5. Não poderão disputar esta licitação:
- 2.5.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos.
 - 2.5.2. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.
 - 2.5.3. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
 - 2.5.4. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.
 - 2.5.5. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
 - 2.5.6. Agente público do órgão ou entidade licitante.
 - 2.5.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato, agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme art. 9º, § 1º da Lei nº 14.133/2021.
- 2.6. O impedimento de que trata o **item 2.5.2** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica da licitante.
- 2.7. A vedação de que trata o **item 2.5.6** estende-se a terceiro que auxilie na condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou



funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 3.2. As licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 3.3. No cadastramento da proposta inicial, a licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
 - 3.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório
 - 3.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
 - 3.3.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do Art. 1º e no inciso III do Art. 5º da Constituição Federal;
- 3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 3.5. A falsidade da declaração de que trata os **itens 3.3 e/ou 3.4** sujeitará a licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 3.6. As licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 3.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos



documentos de habilitação pela licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

- 3.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta das licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 3.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, a licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 3.9.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 3.9.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 3.9.3. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pela licitante durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior ao lance já registrado pela licitante no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.
- 3.10. O valor final mínimo parametrizado na forma do **item 3.9**, possuirá caráter sigiloso para as demais licitantes e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 3.11. Caberá à licitante interessada em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 3.12. A licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 4.1. A licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, do campo “VALOR TOTAL”.
- 4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a licitante.



- 4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.5. Se o regime tributário da empresa implica o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos 12 (doze) meses
- 4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na proposta, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias a contar da data de sua apresentação.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 5.1. As licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.2. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e as licitantes.
- 5.3. Iniciada a etapa competitiva, as licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.4. O lance deverá ser ofertado pelo VALOR TOTAL DO LOTE ÚNICO.
- 5.5. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital, contendo cada lance no máximo 02 (duas) casas decimais, relativas à parte dos centavos, sob pena de exclusão do lance.
- 5.6. A licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.7. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de 0,01% (zero vírgula zero um por cento).



- 5.8. A licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 5.9. A licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 5.9.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.9.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.9.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.9.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.9.5. Após o reinício previsto no item supra, as licitantes serão convocadas para apresentar lances intermediários.
- 5.10. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.11. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.12. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da licitante.
- 5.13. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances.
- 5.14. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.



- 5.15. Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.16. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais.
- 5.16.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no Art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- Disputa final, hipótese em que as licitantes empatadas poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação.
 - Avaliação do desempenho contratual prévio das licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstas nesta Lei.
 - Desenvolvimento pela licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho.
 - Desenvolvimento pela licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 5.16.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- Empresas estabelecidas, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
 - Empresas brasileiras;
 - Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 5.17. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 5.17.1. A negociação poderá ser feita com as demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 5.17.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas



demais licitantes.

- 5.17.3. O resultado da negociação será divulgado a todas as licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 5.17.4. O Pregoeiro solicitará à licitante mais bem classificada que, no prazo de 01 (uma) hora, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 5.18. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pela licitante, antes de findo o prazo.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

- 6.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se a licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no Art. 14 da Lei nº14.133/2021, legislação correlata e no item 2.5 do Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 6.1.1. SICAF.
- 6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/>) e
- 6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/>).
- 6.1.4. Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU.
- 6.1.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- a. Conter vícios insanáveis.
 - b. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência.
 - c. Após a fase de negociação, apresentar preço unitário e/ou global final superior ao preço máximo fixado pelo IPASSP-SM (**ANEXO II**) (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário).
 - d. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração.
 - e. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.2. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores



inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.2.1. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.3. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pela licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

6.3.1. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade da licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos Arts. 62 a 70 da Lei nº14.133, de 2021.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Para verificação da **HABILITAÇÃO JURÍDICA** deverá ser apresentado:

7.2.1. Registro comercial, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado.

a. Em se tratando de sociedades por ações, acompanhados de documentos de eleição de seus administradores.

b. Quando se tratar de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, apresentar Decreto de autorização, e, quando a atividade assim o exigir, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.

7.3. Para verificação da **HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA** deverá ser apresentado:

7.3.1. Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ**.

7.3.2. Prova de inscrição no **Cadastro de Contribuinte Municipal** relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.



- 7.3.3. Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 7.3.4. Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual - Certidão negativa de débito ou positiva com efeitos de negativa** - do domicílio ou sede da empresa ou outra equivalente na forma da lei.
- 7.3.5. Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal - Certidão negativa de débito ou positiva com efeitos de negativa** - do domicílio ou sede da empresa ou outra equivalente na forma da lei.
- 7.3.6. Prova de regularidade para com o **FGTS - Certificado de regularidade expedido pela Caixa Econômica Federal**.
- 7.3.7. Prova de regularidade para com a **Justiça do Trabalho**, por meio da **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT**.
- 7.4. Para verificação da **HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA** deverá ser apresentado:
- 7.4.1. Certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.
- 7.5. Para verificação da **HABILITAÇÃO TÉCNICA** deverá ser apresentado:
- 7.5.1. Comprovação de Capacidade Técnico Operacional, em nome da empresa licitante, através de atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando ter a mesma executado serviços especificados no Termo de Referência, conforme segue:
- a. Para comprovação da qualificação técnica para o **ITEM 1 do Termo de Referência**, a licitante deverá comprovar sua aptidão para o fornecimento de infraestrutura de conectividade mediante a apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, emitidos(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstre(m) a execução de serviço de provimento de internet dedicada via fibra óptica com velocidade igual ou superior a 150 Mbps (50% do objeto da licitação), com garantia de simetria (download/upload) e



estabilidade de conexão compatíveis com o objeto desta licitação pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses contínuos.

- b. Para comprovação da qualificação técnica para o **ITEM 2 do Termo de Referência**, a licitante deverá comprovar aptidão para fornecimento de soluções NGFW mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstre(m) o fornecimento de appliance NGFW com as seguintes características mínimas:
 - i. Appliance com throughput de firewall igual ou superior a 1 Gbps;
 - ii. Suporte a IPS e Application Control ativos simultaneamente;
 - iii. Fornecimento por prazo mínimo de 12 (doze) meses contínuos.
 - c. Para comprovação da qualificação técnica do **ITEM 3 do Termo de Referência**, a licitante deverá comprovar sua aptidão para a prestação de serviços de telecomunicações por voz em plataforma digital, mediante a apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstre(m) a execução de Serviço de Telefonia IP pelo período de 12(doze) meses.
 - d. Para comprovação da qualificação técnica do **ITEM 4 do Termo de Referência**, o licitante deverá comprovar sua aptidão para a implantação e suporte de centrais de comunicação telefônica digitais, mediante a apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) o fornecimento, instalação, customização e manutenção de Central Telefônica IP (PABX IP Digital) pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses contínuos.
- 7.6. O(s) atestado(s) de capacidade técnica deverá conter, no mínimo, as informações que a empresa prestou os serviços exigidos em termos de capacidade técnica e que demonstra capacidade técnica adequada.
- 7.7. O(s) atestado(s) poderá ser objeto de diligência por parte da comissão de licitações, com vistas a dirimir dúvidas em relação ao tipo de serviço prestado.
- 7.8. O licitante deverá apresentar **COMPROVANTE DE APTIDÃO** para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto, outorgada pelo poder concedente (ANATEL), tais como certificado para exploração de SCM (Serviço de Comunicação Multimídia), **emitidos pela ANATEL**;
- 7.9. O licitante deverá apresentar **DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA** ou **DECLARAÇÃO DE**



DESISTÊNCIA DE VISITA TÉCNICA nos termos, respectivamente, dos **ANEXOS IV e V** deste Edital.

7.9.1. Informações para Visita Técnica:

a. Período para realização da visita técnica:

- i. **Início:** A contar da data de publicação do certame.
- ii. **Término:** Até 48 (quarenta e oito) horas antes da data de realização do certame.
- iii. **Horário de visitação:** de segunda a sexta-feira, das 08h30 às 13h30.

b. Agendamento prévio:

- i. Será necessário agendamento prévio.
- ii. Os interessados devem entrar em contato por meio do e-mail infra.ti@ipasspsm.net ou pelo telefone (55)3220-0378.

c. Setor técnico responsável e acompanhamento da visita: Setor de TI do IPASSP-SM

- i. Responsável: Alexandre Niederauer
- ii. Servidor designado: Leandro Serra Acosta

7.10. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.10.1. Na hipótese de a licitante vencedora ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.11. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada em cartório competente ou por cópia simples.

7.12. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.13. Será verificado se a licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.



- 7.14. Será verificado se a licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 7.15. A licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 7.16. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 7.16.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 03/2018, Art. 4º, §1º, e Art. 6º, §4º).
- 7.17. É de responsabilidade da licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 03/2018, Art. 7º, *caput*).
- 7.17.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 03/2018, Art. 7º, parágrafo único).
- 7.18. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 7.18.1. **Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 01 (uma) hora, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.**
- 7.19. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação à licitante vencedora.
- 7.19.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do termo de referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas da licitante mais bem classificada.
- 7.19.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de



julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todas as licitantes.

7.20. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133/21, Art. 64, e IN nº 73/2022, Art. 39, §4º):

7.20.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelas licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.20.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.21. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.22. Na hipótese de a licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

7.23. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação da licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no Art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação da licitante:

8.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão.



- 8.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- 8.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.
- 8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada à vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, por meio dos sítios [LICITACON/TCE/RS](#) e [PNCP](#).

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, a licitante que, com dolo ou culpa:
- 9.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame.
- 9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- a. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - b. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - c. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva, ou
 - d. Apresentar proposta em desacordo com as especificações do Edital.
- 9.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação,



quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

- a. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

9.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

9.1.5. Fraudar a licitação.

9.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- a. Induzir deliberadamente a erro no julgamento.

- b. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

9.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação, ou

9.1.8. Praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei nº12.846, de 2013.

9.2. Com fulcro na Lei nº14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar às licitantes as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. Advertência.

9.2.2. Multa.

9.2.3. Impedimento de licitar e contratar; e

9.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

9.3.2. As peculiaridades do caso concreto.

9.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

9.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública.

9.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo estabelecido, a contar da comunicação oficial

9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15%



do valor do contrato licitado.

- 9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.
- 9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no Art 156, §5º, da Lei nº14.133/2021.
- 9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do Art. 45, §4º da IN SEGES/ME nº 73, de 2022.
- 9.10. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.



- 9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, para o e-mail administrativo@ipasspsm.net
- 10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 10.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 10.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.



11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 11.6. As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento da licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no [Portal Nacional de Contratações Públicas \(PNCP\)](http://portal.nacionaldecontratacoes.gov.br) e endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>
- 11.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
 - 11.11.1. ANEXO I - Termo de Referência;
 - 11.11.2. ANEXO II - Levantamento do Preço de Mercado;
 - 11.11.3. ANEXO III – Modelo de Proposta Financeira;
 - 11.11.4. ANEXO IV - Modelo de Declaração de Visita Técnica;
 - 11.11.5. ANEXO V - Modelo de Declaração de Desistência de Visita Técnica;



IPASSP-SM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA MARIA
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS
MUNICIPAIS DE SANTA MARIA

11.11.6. ANEXO VI – Minuta do Contrato

Santa Maria-RS, 12 de junho de 2026.

IVANDERSON PEDROSO LEÃO
AGENTE DE CONTRATAÇÃO/PREGOEIRO
PORTARIA 16/2026/RH/IPASSP-SM



IPASSP-SM

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 09/2026/IPASSP-SM

ÓRGÃO: Instituto de Previdência e Assistência à Saúde dos Servidores Públicos Municipais de Santa Maria/RS – IPASSP-SM.

1. DOS OBJETOS

- 1.1. Contratação de Solução Integrada de TIC, em lote único, compreendendo o fornecimento de conectividade (Internet), segurança de rede (Firewall), serviço de voz (Telefonia IP) e serviço de locação de Central Telefônica.
- 1.2. A contratação integrada compreende os quatro itens referidos a seguir:
 - 1.2.1. **ITEM 1:** Link de acesso dedicado à internet na velocidade de 300 Mbps (trezentos megabits por segundo), banda bidirecional simétrica (full-duplex), entregue via fibra óptica, com 100% de garantia da velocidade contratada para download e upload incluindo o fornecimento de sinal Wi-Fi e respectivos equipamentos em comodato.
 - 1.2.2. **ITEM 2:** Equipamento appliance e respectivas licenças para gerenciamento da conectividade de redes e prevenção de ameaças (Gateway/Firewall NGFW).
 - 1.2.3. **ITEM 3:** Serviço de telefonia IP para a rede externa permitindo fluxo de chamadas simultâneas de saída.
 - 1.2.4. **ITEM 4:** Serviço de locação de Central Telefônica.
- 1.3. Especificações Técnicas do ITEM 1:
 - 1.3.1. **ITEM 1:** Link de acesso dedicado à internet na velocidade de 300 Mbps (trezentos megabits por segundo), banda bidirecional simétrica (full-duplex), entregue via fibra óptica, com 100% de garantia da velocidade contratada para download e upload incluindo o fornecimento de sinal wi-fi e respectivos equipamentos em comodato.
 - 1.3.2. Características do serviço do ITEM 1:



- a. O link de acesso à internet e toda a estrutura de hardware necessária para a execução dos serviços deverão ser instalados e disponibilizados na sede do IPASSP-SM, sito à Rua André Marques, n.º 820, Loja 102, Bairro Centro, Santa Maria/RS – CEP 97.010-040.
- b. **Data para início de execução dos serviços 01/07/2026**
- c. O link deverá ser disponibilizado já roteado em formato Ethernet, com pelo menos 5 (cinco) endereços IPs válidos e fixos e configuração de DNS Reverso. Os IPs devem ser entregues em bloco único /29.
 - i. CIR (garantia de banda): 100% para download e 100% para upload.
 - ii. ANS (Acordo de Níveis de Serviço) de Disponibilidade: 99,9% a.m. (ao mês).
 - iii. MTTR (prazo de atendimento no local): **02 horas**.
- d. Garantia de funcionamento dos links de comunicação 24 horas por dia, todos os dias do ano, com disponibilidade mínima de 99,9% por conexão operacional sendo monitorado através de softwares disponibilizados pela CONTRATADA e também pela CONTRATANTE. A contratante deve ter acesso de leitura via SNMP em todos os dispositivos fornecidos para fins de monitoramento.
- e. Garantir para, no mínimo, 99,9% dos pacotes um tempo de resposta de, no máximo, 30 ms (trinta milissegundos) do ponto de entrega de Acesso Internet a pelo menos dois Pontos de Troca de Tráfego no Brasil. Entende-se por tempo de resposta o tempo necessário para um pacote de 64 bytes ir de um ponto a outro da rede e retornar.
- f. Manter a inexistência de qualquer tipo de bloqueio na comunicação. Permitindo assim a implementação de serviços, como videoconferência, VoIP, VPN, servidores web, etc.
- g. Fornecer em regime de comodato, todos os equipamentos necessários para o funcionamento dos serviços contratados, incluindo todos os custos referentes a atualizações tecnológicas, substituição de equipamentos e suporte técnico.

1.3.3. Qualificação Técnica (ITEM 1):

- a. Para comprovação da qualificação técnica, o licitante deverá comprovar sua aptidão para o fornecimento de infraestrutura de conectividade mediante a apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, emitidos(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstre(m) a execução de serviço de provimento de internet dedicada via fibra óptica com velocidade igual ou superior a 150 Mbps (50% do objeto da licitação), com garantia de



simetria (download/upload) e estabilidade de conexão compatíveis com o objeto desta licitação pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses contínuos.

1.4. Especificações Técnicas do ITEM 2:

1.4.1. **ITEM 2:** Equipamento appliance e respectivas licenças para gerenciamento da conectividade de redes e prevenção de ameaças (Gateway/Firewall NGFW - hardware físico).

1.4.2. Características do serviço do ITEM 2:

a. Capacidades Globais:

- i. Capacidade para suportar o mínimo de 6.000.000 (6 milhões) de sessões concorrentes;
- ii. Capacidade para suportar o mínimo de 120.000 (cento e vinte mil) novas sessões por segundo
- iii. Possuir, no mínimo, 4 interfaces GE e 2 interfaces SFP fiber
- iv. Possuir gaveta com slot para módulo de portas adicionais.
- v. Sistema operacional dedicado e próprio do appliance com atualizações de firmware inclusas durante todo o contrato;
- vi. Armazenamento interno mínimo de 100GB para logs;
- vii. Suporte para pelo menos 1.000 (mil) nós internos na rede (estações, impressoras, smartphones, IoT, servidores, máquinas virtuais, equipamentos de segurança, etc);
- viii. Deve ter capacidade para operar com pelo menos 4 (quatro) segmentos de redes distintas fisicamente através de portas de rede, permitindo configurar WAN, LAN, WIFI e DMZ, conforme a necessidade;
- ix. Possuir suporte a pelo menos 254 (duzentos e cinquenta e quatro) endereços IP em cada interface de rede;
- x. Equipamento próprio para montagem em rack de 19 polegadas sem necessidade de adaptação e ocupar, no máximo, 1U de altura;
- xi. Equipamento deve ser bivolt automático com fonte interna;
- xii. Instalação e configuração de toda a solução *on site* nas dependências do cliente com técnicos qualificados;
- xiii. Possuir mecanismo anti-suicídio para a administração remota, evitando que o administrador perca o acesso ao *appliance* por uma configuração equivocada;



- xiv. Permitir a conexão simultânea de vários administradores;
 - xv. A contratante deve ter acesso total de administração ao equipamento;
 - xvi. Deverá permitir *backup* das configurações local e remoto de forma automatizada;
 - xvii. Auditoria de todas as ações realizadas na interface web, logon/logout, visualizações, adições, edições e exclusões;
 - xviii. Possibilitar o acesso para interface de configuração e administração via web (https), com total capacidade sobre os recursos e funcionalidades existentes;
 - xix. Garantia e atualizações periódicas do software durante a vigência do contrato de prestação de serviços; Nunca estar a mais de 1 release atrás da atual distribuída pelo fabricante a menos que justificado e aprovado pelo cliente;
 - xx. Documentação técnica, incluindo manuais de configuração, instalação e operação de toda a solução proposta;
 - xxi. Licença para cadastramento de até 100 usuários;
 - xxii. Equipamento deve estar em conformidade com FCC, CE, UL/cUL ou equivalente homologado pela ANATEL;
- b. Serviços Básicos de Rede:
- i. Possuir serviço DHCP servidor e cliente para cada segmento de rede;
 - ii. Possuir serviço DHCP Relay;
 - iii. Possui serviço DNS Cache local para Internet;
 - iv. Suportar protocolo NTP para sincronismo de relógio do *appliance*, configurável pela contratante;
 - v. Possuir estatística de utilização de CPU, memória, tráfego nas interfaces de rede, bem como o consumo de disco;
 - vi. Possuir capacidade de criar entradas ARP estáticas para fixação de endereço IP com um MAC específico;
 - vii. Possibilidade de amarrar o endereço IP ao DHCP, fixando um determinado IP para aquele equipamento;
 - viii. Suporte a configuração de *gateway padrão* “master” e “slave”, com verificação do link de comunicação alternando para aquele que estiver disponível;
 - ix. Suporte a utilização de 2 links em modo load balance.
- c. Firewall (filtro de pacotes):



- i. *Throughput* de Firewall mínimo de 30 Gbps;
 - ii. Firewall baseado na tecnologia “*PacketFiltering*” ou filtro de pacotes;
 - iii. Suporte nativo para conexões já estabelecidas (*stateful Connection*);
 - iv. Permitir a implementação de pelo menos 1.000 (mil) regras de filtro de pacotes, organizadas por grupos com descrição e possibilidade de ativar/inativar determinado grupo de regras;
 - v. Permitir a implementação de regras orientadas a objetos, tais como: grupo de serviços e grupos de hosts/redes;
 - vi. Possibilitar regras específicas para, no mínimo, os protocolos GRE, TCP, UDP e ICMP;
 - vii. Possibilitar regras específicas baseados no endereçamento de origem, destino e no serviço utilizado em uma comunicação;
 - viii. Deve ser capaz de detectar e evitar ataques conhecidos como: *IP Spoofing*, *PingofDeath*, *Buffer Overflow*, SYN Flood;
 - ix. Implementar recurso de NAT (*Network Address Translation*) tipo *one-to-one* e *one-to-many*;
 - x. Possuir recurso que permita redirecionamentos de portas (*port forwarding*);
 - xi. Deve possuir serviço interno para testes de regras do firewall indicando o ID da regra que foi executada e a ação tomada;
 - xii. Logs de regras de firewall indicando qual regra causou o bloqueio ou liberação.
- d. Funcionalidades avançadas NGFW:
- i. *Throughput* NGFW mínimo de 5 Gbps;
 - ii. *Throughput* IPS mínimo de 5 Gbps;
 - iii. *Throughput threat protection* (imix) mínimo de 15 Gbps;
 - iv. Inspeção Profunda de Pacotes (DPI) com análise de conteúdo e aplicações;
 - v. Controle granular de aplicações (identificação/bloqueio por nome: WhatsApp, Netflix, etc.);
 - vi. Prevenção de Intrusões (IPS) com >10.000 assinaturas e detecção comportamental;
 - vii. Filtragem de URL avançada (>80 categorias dinâmicas + reputação IP);
 - viii. Sandbox para análise de arquivos suspeitos (*zero-day protection*).
- e. VPN (Rede Privada Virtual):
- i. Deve permitir a criação de túneis VPN (*Virtual Private Network*) dos tipos:



- *Site-to-Site* (protocolos SSL e IPSEC) com capacidade para no mínimo 20 (vinte) túneis;
 - *Client-to-site* (protocolos SSL, L2TP e PPTP MSCHAP v2) com capacidade para no mínimo 200 (duzentos) túneis e autenticação integrada ao Active Directory.
 - ii. *Throughput* mínimo de 15 Gbps;
 - iii. Deve possuir portal web autenticado (via AD) para os usuários baixarem o cliente, configurações e chaves para acesso.
- f. *Proxy* cache e filtro de conteúdo:
 - i. Possuir filtro de conteúdo por domínio, endereço IP, palavra-chave ou extensão de arquivo;
 - ii. Gerenciamento de regras dos filtros de conteúdo por grupos de: *host*, *usuários* e *horários*, integrado com AD;
 - iii. Suporte a uso do *proxy* transparente para o protocolo HTTP/HTTPs, de forma a dispensar a configuração dos browsers das máquinas clientes. Tal autenticação deve ocorrer de forma transparente para equipamentos Windows (versão 10 ou superior) e Linux (Ubuntu 22.04, Debian 9, Fedora 35 ou superiores) não sendo necessária nenhuma modificação manual nas estações clientes que estiverem conectadas ao domínio. Deve ser possível o mesmo controle para os sistemas Windows e Linux conectados à rede interna que não estiverem no domínio sendo, neste caso, permitido que a autenticação seja feita pela instalação de software no equipamento;
 - iv. Deve ser possível criar regras de cotas de acesso por usuário e por quantidade de consumo de dados e por tempo de uso. Tais cotas devem ser configuráveis com períodos diários, semanais, mensais;
 - v. Possuir listas atualizadas com categorias de sites e IPs como *hacking*, pornografia, redes sociais, *proxies*, entretenimento, etc. Deve ser possível criar listas personalizadas.;
 - vi. Possibilidade de visualizar relatório do conteúdo HTTP/HTTPs (navegação) que fora passado pelo *Proxy*, visualizando o usuário (quando autenticado) e/ou *host*;



- vii. Possibilidade de visualização de relatórios do conteúdo HTTP/HTTPs (navegação) por meses, dias e horários, bem como a listagem dos sites mais acessados, listagem dos maiores arquivos transferidos e números de *bytes* transferidos por *host* e por *usuário*;
- viii. Possibilidade de visualização, em tempo real, de consumo de banda, por *host* ou sub-rede;
- ix. Possibilidade de ordenação da visualização em crescente/decrescente do consumo de banda, tempo real, por *host* ou grupo;
- x. Autenticação Integrada com *Active Directory*, transparente com SSO (*Single SignOn*);
- g. Balanceamento de carga através de múltiplos links:
 - i. Suporte a criação de várias tabelas de roteamento, de acordo com cada link de comunicação disponível;
 - ii. Possibilidade de balancear o tráfego para cada link disponível, de acordo com as regras de especificação: por origem, por destino e/ou serviço;
 - iii. Capacidade de proporcionar alta disponibilidade de acesso à Internet e da rede através do balanceamento e da redundância de links dos equipamentos: asseguram a estabilidade na conexão em caso de perda de um dos links ou, ainda, que todos trabalhem para assegurar a continuidade de um determinado serviço.
- h. Wi-Fi com autenticação empresarial para *Access Points*:
 - i. Fornecer serviço de autenticação (via AD) do tipo RADIUS com certificação digital e validação EAP-TLS com usuário e senha para os dispositivos *Wireless*;
 - ii. Deve ser possível a criação de hotspot para visitantes com suporte a mecanismos de autenticação integrada por meio de provedores de rede social ou por geração de *vouchers*;
 - iii. Capacidade de gerenciar o reconhecimento/conexão automática no momento da troca de uma rede *wireless* para outra rede *wireless* distinta (roaming automático);
 - iv. Sistema de gerenciamento dos APs deve ser instalado em máquina virtual na sede da contratante e esta deve ter acesso de administrador ao mesmo;
 - v. Deve ser fornecido um mínimo de 8 access points WiFi 6 802.11ax com capacidade de alimentação por PoE, interface gigabit e kit para instalação no teto. A quantidade



de APs deve ser suficiente para atender toda a área atual da sede do IPASSP podendo ser utilizada uma quantidade maior se considerado necessário.

i. Controle de banda e QoS:

- i. Capacidade de otimizar e priorizar os tráfegos realmente importantes da instituição, como, por exemplo, a priorização de videoconferências;
- ii. Fornecer serviço de controle de banda e QoS (*Quality of Services*) que permita criar regras para definir a velocidade máxima para determinado tipo de tráfego, baseado na origem, destino ou serviço, bem como por grupos de *hosts*;
- iii. Possibilitar criação de cotas de utilização por usuário, categoria de sites, serviços, etc.

j. Monitoramento de rede e *hosts*:

- i. Fornecer serviço de monitoramento de rede que apresente o tráfego entrante e saiente gerado pelos *hosts* da rede com a especificação do uso dos protocolos;
- ii. Fornecer serviço de monitoramento de *hosts* que verifica e armazena a disponibilidade de determinados *hosts* cadastrados, com relatório de informações detalhadas como: disponibilidade e latência.

k. Licenças e serviços de segurança:

- i. As licenças de segurança são componentes indissociáveis do appliance NGFW e deverão ser fornecidas durante todo o período contratual abrangendo os seguintes serviços:
 - IPS - Sistema de prevenção de intrusões;
 - Antivírus / Anti-malware;
 - Filtro de URL e DNS
 - Application Control

l. Serviços complementares obrigatórios:

- i. Instalação, configuração e ativação do equipamento no prazo de até 10 (dez) dias úteis após a ordem de início dos serviços;
- ii. Suporte na configuração d regras de firewall, NAT, filtro de URL/DNS, IPS, Application Control e QoS conforme necessidades do IPASSP-SM sem custo adicional;



- iii. Suporte técnico remoto e/ou on-site durante toda a vigência do contrato, sem custo adicional, com atendimento em até 2 (duas) horas para indisponibilidade;
- iv. Fornecimento de relatórios mensais contendo: eventos de segurança relevantes, principais ameaças bloqueadas, disponibilidade do equipamento e consumo de banda;
- v. Substituição do equipamento em caso de falha de hardware em prazo não superior a 1 (um) dia útil sem interrupção do serviço por período superior ao SLA contratado. O novo equipamento deve ser compatível com o backup das configurações do anterior;
- vi. Atualização de firmware/SO e das assinaturas de segurança (antivírus, IPS, URL/DNS) sem custo adicional durante toda a vigência do contrato.

1.4.3. Qualificação Técnica (ITEM 2):

- a. O licitante deverá comprovar aptidão para fornecimento de soluções NGFW mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstre(m) o fornecimento de appliance NGFW com as seguintes características mínimas:
 - i. Appliance com throughput de firewall igual ou superior a 1 Gbps;
 - ii. Suporte a IPS e Application Control ativos simultaneamente;
 - iii. Fornecimento por prazo mínimo de 12 (doze) meses contínuos.

1.5. Especificações técnicas do ITEM 3:

1.5.1. ITEM 3: **Serviço de Telefonia IP permitindo fluxo de chamadas simultâneas de saída.**

1.5.2. Características do serviço do ITEM 3:

- a. A CONTRATADA deverá realizar a portabilidade do número **(55)3220-0378**, se for o caso, para o novo sistema. Deverá prestar os serviços rigorosamente de acordo com regulamentação e normatização da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL;
- b. O entroncamento e o protocolo de comunicação deverão ser implementados utilizando o protocolo SIP (Session Initiation Protocol) de acordo com a RFC 3261;
- c. Deverão ser disponibilizados os CODECS de áudio padrão ITU G711 e G729;
- d. O índice de chamadas completadas deve estar dentro do limite permitido pela ANATEL;



- e. Não fazem parte do serviço contratado o fornecimento dos aparelhos de telefone, nem a instalação física de cabeios internos nas unidades administrativas do Contratante;
- f. A CONTRATANTE deverá ser isenta dos custos de instalação, programação de equipamentos e entroncamentos SIP com os servidores da central telefônica IP fornecido pela CONTRATADA.
- g. Caberá à Contratada, além das responsabilidades resultantes do contrato, aquelas constantes da Lei nº 9.472/97, do Termo de Concessão ou autorização emitido pela ANATEL, e demais disposições regulamentares pertinentes aos serviços a serem prestados.

1.5.3. Qualificação Técnica (ITEM 3):

- a. Para comprovação da qualificação técnica do ITEM 3, o licitante deverá comprovar sua aptidão para a prestação de serviços de telecomunicações por voz em plataforma digital, mediante a apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstre(m) a execução de **Serviço de Telefonia IP** pelo período de 12(doze) meses.

1.6. Especificações Técnicas do ITEM 4:

- 1.6.1. ITEM 4: Serviço de Central telefônica IP (digital), juntamente com Gateway FXS instalado na sede da contratante.

Características do serviço do ITEM 4:

- a. Capacidades da Central Telefônica:
 - i. Autenticação de até 24 (vinte e quatro) ramais SIP físicos;
 - ii. Operação para pelo menos 10 (dez) chamadas simultâneas;
 - iii. Capacidade de armazenamento de gravação de chamadas por pelo menos 5 mil horas para todos os ramais.
- b. Características e recursos:
 - i. Gerenciamento dos recursos através de interface web em português;
 - ii. Captura, transferência e espera de chamadas;
 - iii. Postagem de Áudios personalizados;
 - iv. Autoatendimento (URA) e Filas de Chamadas;
 - v. Suporte a autenticação de Ramais no protocolo SIP;
 - vi. Secretária eletrônica para cada ramal;
 - vii. Estacionamento de chamadas;



- viii. Salas de audioconferência;
 - ix. Gravação de chamadas de voz no formato de arquivo GSM ou MP3;
 - x. DDR – Discagem Direta ao Ramal;
 - xi. Tratamento de chamadas com diferentes mensagens conforme dia e horário;
 - xii. Agrupamento de ramais;
 - xiii. Permissões de discagem por grupo;
 - xiv. Rotas de melhor custo e Redundância de canais conforme o tipo saída;
 - xv. Interface web com status de ramais chamadas em andamento;
 - xvi. Relatório das chamadas com exportação para Excel;
 - xvii. Interface web com busca e download das chamadas gravadas;
 - xviii. Equipamento próprio para **rack de 19** polegadas sem necessidade de adaptação.
- c. Ramais Telefônicos IP:
- i. A contratada deverá disponibilizar equipamentos integradores de telefonia IP para os aparelhos de telefonia atuais (analógicos), tais como: gateways FXS, ATAs e outros, visando permitir a adequada integração entre os ramais existentes e a central telefônica IP;
 - ii. Não fazem parte do serviço contratado o fornecimento dos aparelhos de telefone.

1.6.2. Qualificação Técnica (ITEM 4):

Para comprovação da qualificação técnica do ITEM 4, o licitante deverá comprovar sua aptidão para a implantação e suporte de centrais de comunicação telefônica digitais, mediante a apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) o fornecimento, instalação, customização e manutenção de Central Telefônica IP (PABX IP Digital) pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses contínuos.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A atual estrutura de acesso à Internet do IPASSP-SM se dá por meio de fibra óptica. A contratação visa atender as necessidades de telecomunicações do Instituto com uma solução de alto desempenho, atender a demanda atual com qualidade, flexibilidade para futuras expansões, padronização, convergência de tecnologia e de serviços, segurança, eficiência e otimização de custos, evolução tecnológica, aumento de produtividade, flexibilidade do uso dos recursos conforme necessidades e gerenciamento proativo



centralizado com garantia de disponibilidade e segurança. Este serviço é de natureza continuada, tendo em vista tratar-se de serviço auxiliar do Instituto necessário para o desempenho de suas atribuições. Eventual interrupção do serviço poderá comprometer a continuidade das atividades, motivo pelo qual a contratação poderá estender-se por mais de um exercício financeiro.

- 2.2. A contratação faz-se necessária para a interligação das Unidades Administrativas do Ipassp-SM com outros órgãos públicos, fornecedores, servidores, promovendo solução para tráfego de voz de forma segura e centralizada.
- 2.3. A utilização de telefones IP visa apoiar a realização das atividades diárias de atendimento aos cidadãos e ainda reduzir custos, uma vez que a tarifa será inferior a outras modalidades e as ligações entre ramais não serão tarifadas.
- 2.4. O serviço de telefonia fixa é imprescindível para a realização das atribuições diárias da Instituição, sejam elas meio ou finalísticas, uma vez que a comunicação telefônica com diversos locais se faz necessária para o desenvolvimento e finalização de muitas de suas atividades.
- 2.5. Fundamentação Legal:
 - 2.5.1. A contratação está fundamentada no art. 6º, incisos XI, XII, XV e XLI c/c art. 28, inciso I, art. 33, inciso I da Lei Federal 14.133/2021.
- 2.6. Critério de julgamento: **MENOR PREÇO GLOBAL**

3. DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- 3.1. O serviço a ser contratado consiste na locação de link de acesso à internet e na aquisição de equipamentos para comunicação telefônica, incluindo software de gerenciamento e suporte técnico. O objetivo é atender às necessidades de telecomunicações das unidades administrativas do Ipassp-SM, garantindo o tráfego de dados e voz de forma segura, centralizada e eficiente na interação com órgãos públicos, fornecedores e servidores, conforme discriminação pormenorizada no tópico “DOS OBJETOS” nesse Termo de Referência.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. Garantir o atendimento aos prazos de implantação e prestação dos serviços.



- 4.2. Garantir a compatibilidade de seu produto/serviço com as especificações técnicas exigidas e com as necessidades do Contratante.

5. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. DO TREINAMENTO

- 5.1.1. A Contratada fornecerá, anualmente, amplo treinamento para, no mínimo, 2 (dois) servidores da área de tecnologia da informação do Contratante.
- 5.1.2. O treinamento deverá englobar a totalidade dos serviços prestados de forma que a equipe técnica do Contratante obtenha aproveitamento máximo dos serviços e tecnologia contratados.

5.2. DA CENTRAL DE ATENDIMENTO, MANUTENÇÃO E MONITORAMENTO

- 5.2.1. A Contratada deverá manter a Central de Atendimento para registro, acompanhamento, resolução de problemas e esclarecimento de dúvidas. O serviço deverá estar plenamente disponível no regime 24x7 (durante as 24 (vinte e quatro) horas do dia, nos 7 (sete) dias da semana), conforme segue:

a. A contratada deverá disponibilizar:

- i. Central de Atendimento: Equipe para atendimento 24x7x365;
- ii. Monitoramento proativo de indisponibilidade;
- iii. Monitoramento proativo para saturação de link e ataques;
- iv. Relatórios do uso da banda diário, semanal e mensal;
- v. Relatórios de disponibilidade de link;
- vi. Painel na Web para acesso às informações de link de comunicação;
- vii. Portal na Web para acesso às solicitações demandadas ao NOC;
- viii. Regras de firewall para prevenir ataques DDoS e uso indevido;
- ix. Regras de QoS para priorizar os serviços críticos de negócios;

b. A Contratada deverá disponibilizar central de Atendimento Web:

- i. A Contratada deverá manter a Central de Atendimento Web para registro, acompanhamento, resolução de problemas e esclarecimento de dúvidas.
- ii. Cada atendimento deverá possuir um identificador único para facilitar o acompanhamento das soluções.
- iii. A Central Web do Cliente deverá possibilitar pelo menos:



- Abertura / Acompanhamento de Chamados, regrados pelo SLA contratado.
 - Documentações do Cliente (Contrato, Adendos, Documentos técnicos, etc....)
 - Emissão / Reimpressão Boletos
 - Impressão Notas Fiscais Emitidas
 - Extrato do Cliente (Financeiro, Uso Serviços, etc...)
- 5.2.2. A solução de problemas de indisponibilidade do serviço deverá ocorrer em até 6 (seis) horas após comunicados à Contratada; e, a assistência técnica para configurações até 24 (vinte e quatro) horas após solicitado à Contratada.
- 5.2.3. A Contratada deverá efetuar a manutenção dos serviços, sem custos para o Contratante.
- 5.2.4. Quaisquer modificações e/ou reconfigurações que necessitem ser executadas nos equipamentos do Contratante pela Contratada, deverão ser autorizadas e informadas ao Contratante.
- 5.2.5. A indisponibilidade de um serviço será medida considerando-se o tempo decorrido entre a indisponibilidade detectada e a restauração completa de sua operação. Será considerado o horário de abertura do chamado pelo Contratante.

5.3. DA GARANTIA DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

- 5.3.1. A Contratada deverá garantir a execução dos serviços com presteza, segurança e eficácia, de modo a obter-se pleno resultado na prestação do objeto contratado, comprometendo-se, caso seja necessário, corrigir os problemas, incluindo suporte técnico sem custos adicionais.
- 5.3.2. A Contratada deverá garantir a boa qualidade dos serviços.
- 5.3.3. O suporte aos serviços deverá ser durante todo o período do contrato e deverá ser prestado on-site, no Setor de Tecnologia da Informação do IPASSP-SM.
- 5.3.4. O suporte técnico aos serviços disponibilizados pela Contratada deverá ser gratuito durante a vigência do contrato.
- 5.3.5. Será aberto um chamado técnico para cada problema reportado. O chamado será registrado, com indicação da data e hora de abertura, e será repassado ao suporte da Contratada para que seja feita a solução do atendimento.



5.4. DO PRAZO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 5.4.1. O prazo de execução dos serviços será pelo período de 60 (sessenta) meses, a contar de **01/07/2026**, prorrogável por igual e sucessivo período, até o limite legal, na forma do Artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.4.2. O suporte técnico fornecido pela contratada estender-se-á por todo o período da prestação dos serviços.
- 5.4.3. O serviço de implantação deverá ser iniciado no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após a Ordem de Início de Serviços, devendo ser concluídos em até 10 (dez) dias úteis a partir da Ordem de Início de Serviços.
- 5.4.4. A conclusão da implantação dar-se-á apenas com o pleno funcionamento dos serviços, inclusive quanto à configuração dos equipamentos pela Contratada, se necessário.

5.5. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 5.5.1. O IPASSP-SM facultará aos licitantes a realização de visita técnica, em prazo a ser divulgado no edital de contratação, possibilitando a vistoria do local de prestação do serviço.
- 5.5.2. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de prepostos ou representantes da Contratada, devidamente identificados, às dependências da Contratante relacionadas à execução do objeto deste Termo de Referência, desde que previamente comunicado e aprovado;
- 5.5.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do serviço prestado com as especificações constantes do TR e da proposta, para fins de aceitação;
- 5.5.4. A Fiscalização deverá manter o arquivo e o controle dos documentos relacionados com os serviços de execução do objeto;
- 5.5.5. Notificar a contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da prestação do serviço, fixando prazo para a sua correção;
- 5.5.6. Outras obrigações a serem definidas no termo de referência ou no contrato.

5.6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 5.6.1. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.



- 5.6.2. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, por sua culpa ou dolo durante o prazo de vigência do contrato não eximindo sua responsabilidade com a fiscalização ou o acompanhamento porventura efetuado pelo CONTRATANTE.
- 5.6.3. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do Contrato, inclusive, com pessoal utilizado na execução do objeto, que não terá qualquer vínculo empregatício com a CONTRATANTE;
- 5.6.4. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venham a ser vítimas os seus empregados ou preposto quando em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e demais exigências legais para o exercício das atividades;
- 5.6.5. Garantir que a ação ou omissão, total ou parcial da fiscalização da CONTRATANTE, não eximirá a Contratada de total responsabilidade quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes;
- 5.6.6. Entregar o objeto em conformidades qualitativas, quantitativas e no prazo estabelecido;
- 5.6.7. Ser a única responsável por todos os ônus tributários federais, estaduais e municipais, ou obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, fiscal, securitária ou previdenciária, bem como por todos os gastos e encargos inerentes à mão de obra necessária à perfeita execução do objeto contratual, entendendo-se como ônus tributários: pagamento de impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições parafiscais, empréstimos compulsórios, tarifas e licenças concedidas pelo poder público;
- 5.6.8. Corrigir, prontamente, quaisquer erros ou imperfeições dos trabalhos, atendendo, assim, as reclamações, exigências ou observações feitas pela Fiscalização do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Santa Maria;
- 5.6.9. Repassar as novas versões decorrentes de simples aperfeiçoamento de tecnologias, durante o período do contrato;
- 5.6.10. Atender às medidas técnicas e administrativas determinadas pela fiscalização do Instituto;



IPASSP-SM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA MARIA
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS
MUNICIPAIS DE SANTA MARIA

- 5.6.11. É vedada a transferência de responsabilidade da contratada para outras empresas, sejam técnicos ou quaisquer outros.
- 5.6.12. Outras obrigações a serem definidas no termo de referência ou no contrato.

6. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 6.1. O fiscal dos serviços e o gestor do contrato serão indicados por meio de portaria.

7. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

- 7.1. A prestação dos serviços será confirmada e atestada por fiscal, após encaminhamento da fatura pela contratada.
- 7.2. O pagamento ocorrerá mensalmente, a partir do mês seguinte à implantação, de forma que o Contratante possa utilizar o serviço para a execução das suas rotinas de trabalho.
- 7.3. A mensuração mensal dos serviços para fins de faturamento e pagamento basear-se á nos relatórios de disponibilidade e na estrita observância dos níveis de SLA acordados.
- 7.4. Caso a Contratada descumpra o índice de disponibilidade mensal estipulado (99,9%) ou ultrapasse os tempos de solução definitiva previstos no item 5.2.2, serão aplicadas glosas (descontos diretos) na fatura do mês de apuração, calculadas de forma proporcional às horas de indisponibilidade técnica verificadas, sem prejuízo da aplicação das demais sanções administrativas cabíveis capituladas na Lei n.º 14.133/2021.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR/PRESTADOR DE SERVIÇO

- 8.1. O Certame buscará a Proposta com o MENOR VALOR OFERTADO.

9. DO VALOR DE REFERÊNCIA E PAGAMENTO DA CONTRATAÇÃO

- 9.1. Em pesquisa no LicitaCon Cidadão, foi realizado levantamento de mercado dos contratos vigentes para o objeto, além do último contrato realizado por essa autarquia.
- 9.2. Pela execução dos serviços descritos no objeto deste TERMO, deverá ser apresentada proposta de preços para os seguintes itens:

| LOTE | ITEM | DESCRIÇÃO | CATSER | QTD | UNID. | VALOR ESTIMADO | VALOR ESTIMADO | VALOR ESTIMADO 60 |
|------|------|-----------|--------|-----|-------|----------------|----------------|-------------------|
|------|------|-----------|--------|-----|-------|----------------|----------------|-------------------|



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA MARIA
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS
MUNICIPAIS DE SANTA MARIA

IPASSP-SM

| | | | | | | MENSAL | 12 MESES | MESES |
|--------|---|--|--------|----|-----|---------------|----------------|----------------|
| 1 | 1 | LINK DE ACESSO DEDICADO À INTERNET NA VELOCIDADE DE 300 MBPS (TREZENTOS MEGABITS POR SEGUNDO), BANDA BIDIRECIONAL SIMÉTRICA (FULL-DUPLEX), ENTREGUE VIA FIBRA ÓPTICA, COM 100% DE GARANTIA DA VELOCIDADE CONTRATADA PARA DOWNLOAD E UPLOAD INCLUINDO O FORNECIMENTO DE SINAL WI-FI E RESPECTIVOS EQUIPAMENTOS EM COMODATO. | 26484 | 12 | S/M | R\$ 2.178,94 | R\$ 26.147,28 | R\$ 130.736,40 |
| | 2 | EQUIPAMENTO APPLIANCE E RESPECTIVAS LICENÇAS PARA GERENCIAMENTO DA CONECTIVIDADE DE REDES E PREVENÇÃO DE AMEAÇAS (GATEWAY/FIREWALL NGFW). | 618979 | 12 | S/M | R\$ 5.994,20 | R\$ 71.930,40 | R\$ 359.652,00 |
| | 3 | SERVIÇO DE TELEFONIA IP PARA A REDE EXTERNA PERMITINDO FLUXO DE CHAMADAS SIMULTÂNEAS DE SAÍDA. | 301777 | 12 | S/M | R\$ 1.294,75 | R\$ 15.537,00 | R\$ 77.685,00 |
| | 4 | SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE CENTRAL TELEFÔNICA. | 18627 | 12 | S/M | R\$ 1.319,88 | R\$ 15.838,56 | R\$ 79.192,80 |
| TOTAL: | | | | | | R\$ 10.787,77 | R\$ 129.453,24 | R\$ 647.266,20 |

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. A dotação orçamentária, por onde correrá a despesa, está discriminada abaixo:

10.1.1. Projeto/Atividade: 2117;

10.1.2. Fonte de recurso: 1802;

10.1.3. Naturezas de Despesa:

- Item 1 - 3.3.90.40.13.00.00 - Comunicação de Dados e Redes em Geral;
- Item 2 - 3.3.90.40.01.00.00 - Locação de Equipamentos de T.I.C - Ativos de Rede;
- Item 3 - 3.3.90.40.14.00.00 - Telefonia Fixa e Móvel - Pacote de Comunicação de Dados;
- Item 4 - 3.3.90.40.05.00.00 - Locação de Equipamentos de T.I.C - Telefonia

Santa Maria, 10 de junho de 2026.



IPASSP-SM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA MARIA
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS
MUNICIPAIS DE SANTA MARIA

Evandro Bolzan
Analista de Sistemas
Tecnologia da Informação

Leandro Serra Acosta
Programador
Tecnologia da Informação

Alexandre Niederauer
Diretor-Geral



IPASSP-SM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA MARIA
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS
MUNICIPAIS DE SANTA MARIA

ANEXO II – LEVANTAMENTO DO PREÇO DE MERCADO

LEVANTAMENTO DO PREÇO DE MERCADO, PREÇO MÁXIMO ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO

| LOTE | ITEM | DESCRIÇÃO | CATSER | QTD. | UNID. | VALOR ESTIMADO MENSAL | VALOR ESTIMADO 12 MESES | VALOR ESTIMADO 60 MESES |
|---------------|------|--|--------|------|-------|-----------------------|-------------------------|-------------------------|
| 1 | 1 | LINK DE ACESSO DEDICADO À INTERNET NA VELOCIDADE DE 300 MBPS (TREZENTOS MEGABITS POR SEGUNDO), BANDA BIDIRECIONAL SIMÉTRICA (FULL-DUPLEX), ENTREGUE VIA FIBRA ÓPTICA, COM 100% DE GARANTIA DA VELOCIDADE CONTRATADA PARA DOWNLOAD E UPLOAD INCLUINDO O FORNECIMENTO DE SINAL WI-FI E RESPECTIVOS EQUIPAMENTOS EM COMODATO. | 26484 | 12 | S/M | R\$ 2.178,94 | R\$ 26.174,28 | R\$ 130.736,40 |
| | 2 | EQUIPAMENTO APPLIANCE E RESPECTIVAS LICENÇAS PARA GERENCIAMENTO DA CONECTIVIDADE DE REDES E PREVENÇÃO DE AMEAÇAS (GATEWAY/FIREWALL (NGFW). | 618979 | 12 | S/M | R\$ 5.994,20 | R\$ 71.930,40 | R\$ 359.652,00 |
| | 3 | SERVIÇO DE TELEFONIA IP PARA A REDE EXTERNA PERMITINDO FLUXO DE CHAMADAS SIMULTÂNEAS DE SAÍDA. | 301777 | 12 | S/M | R\$ 1.294,75 | R\$ 15.537,00 | R\$ 77.685,00 |
| | 4 | SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE CENTRAL TELEFÔNICA. | 18627 | 12 | S/M | R\$ 1.319,88 | R\$ 15.838,56 | R\$ 79.192,80 |
| TOTAL: | | | | | | R\$ 10.787,77 | R\$ 129.453,24 | R\$ 647.266,20 |



IPASSP-SM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA MARIA
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS
MUNICIPAIS DE SANTA MARIA

ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA FINANCEIRA

PROPOSTA

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2026/IPASSP-SM

Proposta que faz a empresa inscrita no CNPJ(MF) nº, I.E., localizada, CEP..... Fone/fax e-mail, para o fornecimento, de acordo com todas as especificações e condições estabelecidas na PREGÃO ELETRÔNICO N.º. 002/2025/IPASSP-SM, promovido pelo IPASSP-SM.

| LOTE | ITEM | DESCRIÇÃO | CATSER | QTD. | UNID. | VALOR ESTIMADO MENSAL | VALOR ESTIMADO 12 MESES | VALOR ESTIMADO 60 MESES |
|--------|------|--|--------|------|-------|-----------------------|-------------------------|-------------------------|
| 1 | 1 | LINK DE ACESSO DEDICADO À INTERNET NA VELOCIDADE DE 300 MBPS (TREZENTOS MEGABITS POR SEGUNDO), BANDA BIDIRECIONAL SIMÉTRICA (FULL-DUPLEX), ENTREGUE VIA FIBRA ÓPTICA, COM 100% DE GARANTIA DA VELOCIDADE CONTRATADA PARA DOWNLOAD E UPLOAD INCLUINDO O FORNECIMENTO DE SINAL WI-FI E RESPECTIVOS EQUIPAMENTOS EM COMODATO. | 26484 | 12 | S/M | | | |
| | 2 | EQUIPAMENTO APPLIANCE E RESPECTIVAS LICENÇAS PARA GERENCIAMENTO DA CONECTIVIDADE DE REDES E PREVENÇÃO DE AMEAÇAS (GATEWAY/FIREWALL (NGFW). | 618979 | 12 | S/M | | | |
| | 3 | SERVIÇO DE TELEFONIA IP PARA A REDE EXTERNA PERMITINDO FLUXO DE CHAMADAS SIMULTÂNEAS DE SAÍDA. | 301777 | 12 | S/M | | | |
| | 4 | SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE CENTRAL TELEFÔNICA. | 18627 | 12 | S/M | | | |
| TOTAL: | | | | | | | | |



IPASSP-SM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA MARIA
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS
MUNICIPAIS DE SANTA MARIA

- a) Nos preços ofertados acima estão computando todos os custos necessários para o atendimento do(s) item(ns) ofertado(s) para esta contratação, bem como todos os materiais, equipamentos, impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, carregamento e descarga dos materiais, seguros, deslocamentos de pessoal, transporte, garantia e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado, constante da proposta.
- b) O prazo de validade das condições propostas é de 60 (sessenta) dias correntes, a contar da data de apresentação da proposta. (Não havendo indicação expressa será considerado como tal).
- c) Conta bancária e Agência.

Local, data.

Nome do Representante

Cargo/Função

CPF



IPASSP-SM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA MARIA
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS
MUNICIPAIS DE SANTA MARIA

ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2026/IPASSP-SM

DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA

Pelo presente, o IPASSP-SM declara para fins do Pregão Eletrônico nº 01/2026/IPASSP-SM – Processo n.º 09/2026/IPASSP-SM, que o Sr. _____, CPF _____, representante legal da empresa _____, CNPJ nº _____, situada no endereço _____, compareceu ao local da prestação do serviço objeto do certame descrito acima para vistoria da totalidade dos pontos de instalação dos circuitos de dados e demais serviços, a fim de mensurar a necessidade de adequações para a ativação dos serviços e outras demandas necessárias para atender integralmente os requisitos do presente Termo de Referência.

Local, _____, de junho de 2026.

Carimbo e assinatura do representante do IPASSP-SM

OBS.: Esta Declaração deverá ser entregue junto com a documentação de HABILITAÇÃO.



IPASSP-SM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA MARIA
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS
MUNICIPAIS DE SANTA MARIA

ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA DE VISITA TÉCNICA

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2026/IPASSP-SM

DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA DE VISITA TÉCNICA

Pelo presente, a empresa....., CNPJ nº
_____, situada no endereço.....
por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a).
....., CPF _____, apresenta
DESISTÊNCIA FORMAL DE VISITA TÉCNICA, para fins de participação do Pregão Eletrônico nº
01/2026/IPASSP-SM – Processo n.º 09/2026/IPASSP-SM, abdicando do direito de ser cientificada da
totalidade dos pontos de instalação dos circuitos de dados e demais serviços, a fim de mensurar a
necessidade de adequações para a ativação dos serviços e outras demandas necessárias para
atender integralmente os requisitos do presente Termo de Referência, assumindo os custos, caso
haja, para a perfeita execução do objeto.

Local, _____, de junho de 2026.

Carimbo e assinatura do representante legal da empresa

Nome: _____

Cargo: _____

RG: _____

OBS.: Esta Declaração deverá ser entregue junto com a documentação de HABILITAÇÃO.



IPASSP-SM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA MARIA
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS
MUNICIPAIS DE SANTA MARIA

ANEXO VI – MINUTA DO CONTRATO

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/...., QUE
FAZEM ENTRE SI O IPASSP-SM E A EMPRESA
.....

Contrato celebrado entre o **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE SANTA MARIA – IPASSP-SM**, inscrito no CNPJ sob o nº **04.870.834/0001-09**, com sede administrativa na Rua André Marques nº 820, Térreo, Lojas 102/103, Bairro Centro, nesta Cidade, representado neste ato pela sua Diretora-Presidente, Sra. Fabiana Neves de Vargas, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, estabelecida na Rua, nº, Bairro, na Cidade de, neste ato representada pelo Sr(a)., doravante denominada CONTRATADA, para a execução do objeto descrito na cláusula primeira, em conformidade com a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o Decreto Executivo nº 124, de 1º de dezembro de 2023, e, demais legislação aplicável, bem como de acordo com as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente termo tem por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de solução Integrada de TIC compreendendo o fornecimento de conectividade (Internet), segurança de rede (Firewall), serviço de voz (Telefonia IP) e serviço de locação de Central Telefônica, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

A contratação integrada compreende os quatro itens referidos a seguir:

| LOTE | ITEM | DESCRIÇÃO | CATSER | QTD. | UNID. |
|------|------|-----------|--------|------|-------|
|------|------|-----------|--------|------|-------|



IPASSP-SM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA MARIA
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS
MUNICIPAIS DE SANTA MARIA

| | | | | | |
|---|---|--|--------|----|-----|
| 1 | 1 | LINK DE ACESSO DEDICADO À INTERNET NA VELOCIDADE DE 300 MBPS (TREZENTOS MEGABITS POR SEGUNDO), BANDA BIDIRECIONAL SIMÉTRICA (FULL-DUPLEX), ENTREGUE VIA FIBRA ÓPTICA, COM 100% DE GARANTIA DA VELOCIDADE CONTRATADA PARA DOWNLOAD E UPLOAD INCLUINDO O FORNECIMENTO DE SINAL WI-FI E RESPECTIVOS EQUIPAMENTOS EM COMODATO. | 26484 | 60 | S/M |
| | 2 | EQUIPAMENTO APPLIANCE E RESPECTIVAS LICENÇAS PARA GERENCIAMENTO DA CONECTIVIDADE DE REDES E PREVENÇÃO DE AMEAÇAS (GATEWAY/FIREWALL (NGFW). | 618979 | 60 | S/M |
| | 3 | SERVIÇO DE TELEFONIA IP PARA A REDE EXTERNA PERMITINDO FLUXO DE CHAMADAS SIMULTÂNEAS DE SAÍDA. | 301777 | 60 | S/M |
| | 4 | SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE CENTRAL TELEFÔNICA. | 18627 | 60 | S/M |

§ ÚNICO – São partes integrantes do presente contrato:

- a) Edital do Pregão Eletrônico nº 01/2026/IPASSP-SM (Processo 09/2026/IPASSP-SM) e seus Anexos, em especial, as demais especificações contidas no Termo de Referência – Anexo I;
- b) Proposta de Preço da CONTRATADA; e
- c) Ata da sessão do certame licitatório;
- d) Matriz de Alocação de Risco.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

O prazo da prestação dos serviços será de **60 (sessenta) meses**, a contar da ordem de início dos serviços na forma dos Artigos 105 e 106 da Lei nº 14.133, de 2021.

§ PRIMEIRO – A vigência do Contrato poderá ser renovada, por sucessivos períodos com prazo de até 15 (quinze) anos, conforme art. 114, da Lei 14.133/2021

§ PRIMEIRO – O prazo de execução do serviço deve atender o disposto no Termo de Referência e terá início a contar da ordem de início de serviço.

§ TERCEIRO – O prazo de vigência do contrato expirará na mesma data do término do prazo da prestação dos serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DO PAGAMENTO

Pelos serviços descritos no objeto deste contrato, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor MENSAL especificados na tabela a seguir, entendidos como justo e suficiente para sua total



IPASSP-SM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA MARIA
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS
MUNICIPAIS DE SANTA MARIA

execução.

| LOTE | ITEM | DESCRIÇÃO | CATSER | QTD. | UNID. | VALOR ESTIMADO 12 MESES | VALOR ESTIMADO 60 MESES |
|--------|------|--|--------|------|-------|-------------------------------|-------------------------------|
| 1 | 1 | LINK DE ACESSO DEDICADO À INTERNET NA VELOCIDADE DE 300 MBPS (TREZENTOS MEGABITS POR SEGUNDO), BANDA BIDIRECIONAL SIMÉTRICA (FULL-DUPLEX), ENTREGUE VIA FIBRA ÓPTICA, COM 100% DE GARANTIA DA VELOCIDADE CONTRATADA PARA DOWNLOAD E UPLOAD INCLUINDO O FORNECIMENTO DE SINAL WI-FI E RESPECTIVOS EQUIPAMENTOS EM COMODATO. | 26484 | 12 | S/M | | |
| | 2 | EQUIPAMENTO APPLIANCE E RESPECTIVAS LICENÇAS PARA GERENCIAMENTO DA CONECTIVIDADE DE REDES E PREVENÇÃO DE AMEAÇAS (GATEWAY/FIREWALL (NGFW). | 618979 | 12 | S/M | | |
| | 3 | SERVIÇO DE TELEFONIA IP PARA A REDE EXTERNA PERMITINDO FLUXO DE CHAMADAS SIMULTÂNEAS DE SAÍDA. | 301777 | 12 | S/M | | |
| | 4 | SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE CENTRAL TELEFÔNICA. | 18627 | 12 | S/M | | |
| TOTAL: | | | | | | | |

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

A contratada entregará no IPASSP-SM a Nota Fiscal dos serviços prestados, que após o devido atesto e regular liquidação, será objeto de pagamento a ser processado até o dia 10 (dez) do mês subsequente à competência da prestação do serviço.

§ PRIMEIRO – O pagamento será creditado em conta-corrente da empresa, através de ordem bancária, devendo para isto a empresa informar ao IPASSP-SM o nome do banco, agência, localidade e número da conta-corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

§ SEGUNDO – Para que seja efetuado o pagamento dos serviços, a contratada deverá apresentar, com a Nota Fiscal, os seguintes documentos:

a) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal através da apresentação de certidão conjunta



IPASSP-SM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA MARIA
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS
MUNICIPAIS DE SANTA MARIA

negativa de débitos de tributos e contribuições federais e da dívida ativa da união.

- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual – Certidão Negativa de Débito – do domicílio ou sede da empresa;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal – Certidão Negativa de Débito – do domicílio ou sede da empresa;
- d) Certificado de Regularidade do FGTS;
- e) Prova de regularidade para com o INSS - Certidão Negativa de Débito.
- f) Certidão Negativa ou Positiva com efeito de Negativa de Débitos Trabalhistas, dentro do prazo de validade, conforme Lei nº 12.440/2011 (CNDT).

§ TERCEIRO – Os pagamentos serão concretizados em moeda vigente do país.

§ QUARTO – O pagamento somente será liberado após o recolhimento de eventuais multas que lhe tenham sido impostas em decorrência de inadimplência contratual.

§ QUINTO – Qualquer erro ou omissão havidos na documentação fiscal ou na fatura será objeto de correção pela empresa e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente regularizado.

§ SEXTO – O IPASSP-SM reserva-se o direito de suspender o pagamento se o serviço for entregue em desacordo com as especificações constantes deste instrumento e seus anexos.

§ SÉTIMO – No caso de inadimplemento do Contratante no pagamento, ao valor devido serão acrescentados juros calculados pro rata die, de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

§ OITAVO – As despesas indiretas decorrentes da execução dos serviços, tais como tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, frete, administração, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do que foi contratado competem, exclusivamente, à CONTRATADA.

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE DE PREÇO

O preço será fixo e irrevogável pelo período de 12 (doze) meses contados a contar do mês da apresentação da proposta de preços. Após este período será utilizado o índice IPCA (IBGE) para reajustamento do preço máximo, segundo art. 25, VII, da Lei 14.133/2021.



IPASSP-SM

CLÁUSULA SEXTA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

O IPASSP-SM designará, por meio de portaria, servidor para exercer a fiscalização dos serviços contratados, de modo a assegurar o efetivo cumprimento da execução do escopo contratado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES

I - DOS DIREITOS:

Constituem direitos do CONTRATANTE e da CONTRATADA ver executado o objeto deste Contrato nas condições avençadas.

II - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- a) Dar à Contratada as condições necessárias à regular execução do contrato;
- b) Receber o objeto do contrato, desde que atendidas as exigências e condições do edital e seus anexos;
- c) Fiscalizar e acompanhar toda a execução dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas ao mesmo;
- d) Notificar a contratada sempre que observar problemas de qualquer tipo na execução dos serviços contratados.

III - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a) Manter durante a execução deste contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- b) Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações, demandadas decorrentes de danos seja por culpa sua ou quaisquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, outrossim, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhes venham a ser exigidas por força da lei, ligadas ao cumprimento do presente contrato;
- c) Responder por todas as obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial dos empregados e prepostos, obrigando-se a saldá-las na época devida;
- d) Responsabilizar-se por todos os custos diretos e indiretos relativos aos serviços prestados, inclusive pelas despesas decorrentes de frete, seguro e demais encargos;
- e) Responsabilizar-se pelos encargos fiscais e sociais da empresa e de seus empregados, mantendo-os atualizados e quitados de acordo com as normas vigentes;
- f) Consultar o Gestor do Contrato sempre que houver necessidade de esclarecimentos relativos ao objeto do contrato, submetendo-lhe em tempo hábil quaisquer questões que possam implicar



IPASSP-SM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA MARIA
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS
MUNICIPAIS DE SANTA MARIA

alteração de suas especificações;

g) Prestar os esclarecimentos que forem solicitados, relativamente ao objeto do contrato;

h) Não veicular, sob nenhuma hipótese, informações sobre os serviços executados, a não ser que haja prévia e expressa autorização do CONTRATANTE;

i) Executar fielmente o objeto do contrato dentro do melhor padrão de qualidade, de forma que mantenham todas as especificações técnicas, qualidade e prazos, exigidos;

j) Responsabilizar-se pelos salários, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato. A inadimplência do CONTRATADO, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato;

k) Aceitar, nas mesmas condições do ajuste, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto, de até 25% (vinte e cinco por cento) de seu valor;

l) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato;

m) Entregar o objeto do contrato cumprindo com todas as demais obrigações e determinações constantes no Termo de Referência – Anexo III, do Edital do Pregão Eletrônico nº __/2024, sem qualquer outro encargo ou despesa para o Contratante.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

§ PRIMEIRO – Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [Art. 6º](#) da LGPD.

§ SEGUNDO – É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

§ TERCEIRO – A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela Contratada.

§ QUARTO – Terminado o tratamento dos dados nos termos do Art. 15 da LGPD, é dever da Contratada eliminá-los, com exceção das hipóteses do [Art. 16](#) da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de



obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

§ QUINTO – É dever da Contratada orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

§ SEXTO – A Contratada deverá exigir de sub operadores e subcontratadas o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

§ SÉTIMO – O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a Contratada atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

§ OITAVO – A Contratada deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

§ NONO – Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, Art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

§ DÉCIMO – Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

§ DÉCIMO PRIMEIRO – O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

§ DÉCIMO SEGUNDO – Os contratos e convênios de que trata o §1º do Art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

Se a CONTRATADA recusar-se a prestar os serviços injustificadamente, serão convocados os demais licitantes, na ordem de classificação, para fazê-lo, sujeitando-se o licitante desistente às penalidades, sem prejuízo da aplicação de outras cabíveis

§ PRIMEIRO - Na hipótese de descumprimento parcial ou total pela CONTRATADA das obrigações assumidas, ou a infringência de preceitos legais pertinentes, o IPASSP-SM poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar, segundo a gravidade da falta cometida, as seguintes sanções:



IPASSP-SM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA MARIA
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS
MUNICIPAIS DE SANTA MARIA

- a) Advertência, por escrito, quando a Contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (Art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- b) Multa de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da proposta ou lance ofertado pela LICITANTE DESISTENTE, na hipótese de desistência injustificada do lance, após o ENCERRAMENTO da fase de lances, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas na legislação, inclusive de impedimento de licitar e contratar com a Administração;
- c) Multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato no caso de inexecução parcial e 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto contratado.
- d) Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação devidamente atualizado quando for constatado o descumprimento de qualquer obrigação prevista neste Edital e/ou no Termo de Referência;
- e) Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação quando for constatada a reincidência no descumprimento de qualquer obrigação prevista neste Edital e/ou no Termo de Referência;
- f) Pelo atraso injustificado para a entrega e/ou inobservância de outros prazos definidos no Termo de Referência, multa de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) incidente sobre o valor total da contratação, por dia de atraso, a ser cobrada pelo período máximo de 30 (trinta) dias. A partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso, a contratação poderá ser rescindida;

§ SEGUNDO - A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas na Lei nº 14.133/2021 e demais legislações, inclusive a responsabilização da contratada por eventuais perdas e danos causados ao IPASSP-SM.

§ TERCEIRO - A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pelo IPASSP-SM.

§ QUARTO - A contratada que ensejar o retardamento da execução do objeto desta licitação, não mantiver a proposta/lance, falhar ou fraudar na execução do objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração, além de ser descredenciada do SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

§ QUINTO - As sanções previstas neste Contrato são independentes entre si, podendo ser aplicadas



de forma isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

§ SEXTO - Não será aplicada multa se, justificada e comprovadamente, o atraso na execução do objeto advier de caso fortuito ou de força maior.

§ SÉTIMO - A atuação da Contratada no cumprimento das obrigações assumidas será registrada no Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores – SICAF.

§ OITAVO - Em qualquer hipótese de aplicação de sanções, serão assegurados à contratada o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

O não cumprimento das obrigações assumidas no presente contrato ou a ocorrência da hipótese prevista no Art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021, autorizam, desde já, o CONTRATANTE rescindir, unilateralmente, o contrato, independentemente de interpelação judicial, sendo aplicável, ainda, o disposto nos artigos 138 e 139 do mesmo diploma legal, no caso de inadimplência.

§ ÚNICO - A CONTRATADA, ainda, se sujeita às sanções previstas no Art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da penalidade aplicada caberá recurso, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da notificação, ficando a mesma suspensa até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

Este contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no Art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021, sempre através de Termo Aditivo, numerado em ordem crescente.

§ PRIMEIRO - A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

§ SEGUNDO - As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 01 (um) mês (Art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

§ TERCEIRO - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por



IPASSP-SM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA MARIA
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS
MUNICIPAIS DE SANTA MARIA

simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do Art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

O presente contrato vincula-se às condições do Edital do Pregão nº 01/2026/IPASSP-SM, inclusive seus anexos, e à proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

A lavratura do presente contrato decorre da realização de Pregão, realizado com fundamento na Lei nº 14.133/2021.

§ ÚNICO - A execução deste contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-lhes, supletivamente, os princípios de teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma do art. 89, da Lei nº 14.133, de 2021, combinado com o inciso II, do art. 92, do mesmo diploma legal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA COMPATIBILIZAÇÃO

Obriga-se a CONTRATADA a manter, durante toda execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO

O Contratante divulgará o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no Art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao Art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao Art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c Art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO



IPASSP-SM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA MARIA
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS
MUNICIPAIS DE SANTA MARIA

As partes elegem o Foro da Comarca de Santa Maria/RS, abrindo mão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, como sendo o único e competente para dirimir as dúvidas decorrentes do presente contrato.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Santa Maria/RS, aos ___ de _____ de 202__.

IPASSP-SM

Contratada

ANEXO AO CONTRATO
MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RISCOS

| Categoria do Risco: | Descrição: | Consequência: | Mitigação: | Alocação do Risco: |
|--|---|--|--|--------------------|
| Risco atinente ao Tempo da Execução | Atraso na execução do objeto contratual por culpa da CONTRATADA. | Aumento do custo do produto e/ou do serviço. | Diligência, pela CONTRATADA, na execução contratual. | CONTRATADA |
| | Fatos retardadores ou impeditivos da execução do Contrato próprios do risco ordinário da atividade empresarial ou da execução. | Aumento do custo do produto e/ou do serviço. | Planejamento empresarial. | CONTRATADA |
| | Fatos retardadores ou impeditivos da execução do Contrato que não estejam na sua álea ordinária, tais como fatos do príncipe, caso fortuito ou de força maior, bem como o retardamento determinado pelo IPASSP-SM, que comprovadamente repercute no preço do pela CONTRATADA. | Aumento do custo do produto e/ou do serviço. | Revisão de preço. | IPASSP-SM |



IPASSP-SM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA MARIA
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS
MUNICIPAIS DE SANTA MARIA

| | | | | |
|---|--|---|--|------------|
| Risco da Atividade Empresarial | Alteração de enquadramento tributário, em razão do resultado ou de mudança da atividade empresarial, bem como por erro pela CONTRATADA na avaliação da hipótese de incidência tributária. | Aumento ou diminuição do lucro do pela CONTRATADA. | Planejamento tributário. | CONTRATADA |
| | Variação da taxa de câmbio. | Aumento ou diminuição do custo do produto e/ou do serviço. | Instrumentos financeiros de proteção cambial (hedge). | CONTRATADA |
| | Elevação dos custos operacionais para o desenvolvimento da atividade empresarial em geral e para a execução do objeto em particular, tais como aumento de preço de insumos, prestadores de serviço, licenças de uso e mão de obra. | Aumento do custo do produto e/ou do serviço. | Reajuste anual de preço. | IPASSP-SM |
| | Elevação dos custos operacionais definidos na linha anterior, quando superior ao índice de reajuste previsto na Cláusula de Equilíbrio Econômico-Financeiro do Contrato. | Aumento do custo do produto e/ou do serviço. | Planejamento empresarial. | CONTRATADA |
| Riscos Trabalhista e Previdenciário | Responsabilização do IPASSP-SM por verbas trabalhistas e previdenciárias dos profissionais da CONTRATADA alocados na execução do objeto contratual. | Geração de custos trabalhistas e/ou previdenciários para o IPASSP-SM, além de eventuais honorários advocatícios, multas e verbas sucumbenciais. | Ressarcimento, pela CONTRATADA, ou retenção de pagamento e compensação com valores a esta devidos, da quantia despendida pelo IPASSP-SM. | CONTRATADA |
| Risco Tributário e Fiscal (Não Tributário) | Responsabilização do IPASSP-SM por recolhimento indevido em valor menor ou maior que o necessário, ou ainda de ausência de recolhimento, quando devido, sem que haja | Débito ou crédito tributário ou fiscal (não tributário). | Ressarcimento, pela CONTRATADA, ou retenção de pagamento e compensação com valores a esta devidos, da quantia despendida pelo | CONTRATADA |



IPASSP-SM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA MARIA
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS
MUNICIPAIS DE SANTA MARIA

| | | | | |
|--|--------------------|--|-----------|--|
| | culpa do IPASSP-SM | | IPASSP-SM | |
|--|--------------------|--|-----------|--|